

Sumário

NOTA DO AUTOR	11
INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	37
CAPÍTULO 1	
DISPOSIÇÕES GERAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	39
Nota fundamental sobre a terminologia empregada neste livro	39
Conteúdo abrangido	39
Entender o trabalho é a matriz para se entender a saúde e segurança do trabalho.....	40
Papel ancilar das normas de saúde e segurança do trabalho	40
Posição do Supremo Tribunal Federal sobre o meio ambiente do trabalho....	41
Impactos do direito internacional sobre a disciplina.....	41
Convenções da Organização Internacional do Trabalho	42
Nota sobre a natureza jurídica das Convenções	42
Convenções com patamar constitucional	42
Casuística: algumas Convenções aplicáveis ao estudo da saúde e segurança do trabalho.....	44
Evolução histórica da legislação brasileira	45
Primórdios.....	45
Efeitos da Lei 6.514/1977	45
A reforma de 1977	45
Alcance do poder normativo do Ministério do Trabalho e Emprego	46
Papel do Poder Executivo: expedição de Decretos Presidenciais	46
Expedição de Portarias.....	47
Protagonismo da Portaria 3.214/1978	47
Extensão das NRs: em busca do equilíbrio	47
Uso de negociação coletiva em saúde e segurança do trabalho	49
Limitação à negociação coletiva de saúde do trabalho	49
Casuística: a questão do intervalo para refeição.....	50

Casuística: remissão à negociação coletiva nas próprias NRs.....	50
Alcance da expressão saúde e segurança do trabalho.....	51
Em busca de um conceito.....	51
Interpretação dinâmica.....	51
Estrutura tripartite associada à saúde e segurança do trabalho.....	52
Empregados e empregadores.....	52
O papel dos poderes públicos.....	52
O desprestígio da Norma Regulamentadora 2 (vistoria prévia).....	53
Solução alternativa para revalorização da NR 2.....	53
A NR 3 (paralisação de atividades ou de maquinário).....	53
Embargos e interdições.....	54
Competência da Justiça do Trabalho.....	54

CAPÍTULO 2

SESMT E CIPA.....	57
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (NR4) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR5).....	59
Prevenção em saúde e segurança do trabalho.....	59
Atividades complementares do serviço especializado e de comissão de trabalhadores.....	59
Funcionamento do serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT).....	59
SESMT centralizado.....	60
Dimensionamento do SESMT.....	60
Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.....	60
Profissionais envolvidos no SESMT.....	60
SESMT e o regime de terceirização no ambiente de trabalho.....	61
SESMT (zona urbana) e SESTR (zona rural).....	61
Sobre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem do trabalho.....	61
Dilemas do SESMT.....	62
<i>Comissão interna de prevenção de acidente</i>	62
Breve histórico das comissões internas.....	62
A CIPA e os sindicatos.....	63

Outros exemplos de atuação dos trabalhadores fora da órbita sindical ...	63
Disciplina da CIPA	64
Alcance da CIPA	64
A CIPA no ambiente de terceirização	65
Dimensionamento da CIPA	65
A figura do suplente dos empregados	66
Publicidade dos atos.....	66
Tempo à disposição do empregador	67
Cargo de secretário.....	67
Processo eleitoral.....	67
Garantia de emprego ao empregado eleito.....	68
Garantia de emprego momentânea versus estabilidade plena	69
Ainda mais algumas peculiaridades da garantia de emprego	69
Dispensa arbitrária com tratamento diverso da dispensa sem justa causa ...	69
Perda da garantia de emprego no fechamento do estabelecimento.....	70
Redução do número de empregados	71
Constitucionalização da matéria	71
Garantia de emprego aos suplentes dos empregados eleitos.....	72
Eleição como matriz para a compreensão da garantia de emprego.....	72
Garantia brevíssima em caso de derrota nas urnas	72
Inexistência da garantia para o suplente do suplente	73
Formação do consenso jurisprudencial.....	73
Desnecessidade de inquérito judicial para apuração de falta grave	73
Intransferibilidade do empregado eleito.....	74
Direito a uma reeleição para mandato consecutivo	74
Ônus da prova no processo do trabalho quanto à eleição	75
Ônus da prova da modalidade de rescisão do contrato de trabalho	75
Procedimentos para o pedido de demissão do empregado eleito para a CIPA.	75

CAPÍTULO 3

EPI, PCMSO E PPRA	77
Equipamento de Proteção Individual (NR 6), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR 7) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (NR 9)	79
Os equipamentos de proteção individual	79

A Norma Regulamentadora 6	79
Prioridade às medidas de ordem geral.....	80
Caráter complementar dos equipamentos de proteção individual também nos tratados internacionais.....	80
Posição secundária dos equipamentos de proteção individual também no PPRA	81
Situações que justificam o fornecimento dos equipamentos de proteção individual	82
Comissão tripartite.....	83
Fiscalização do uso do equipamento	83
Certificado de aprovação.....	84
Modalidades de equipamentos de proteção individual.....	84
Questões financeiras	85
Eliminação do adicional de insalubridade não é o mesmo que eliminação da insalubridade	85
Jurisprudência sobre a eliminação do adicional de insalubridade	86
<i>Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional</i>	86
Fontes normativas.....	86
Uso de convenção ou acordo coletivo para aprimorar o PCMSO	86
PCMSO e trabalhadores terceirizados	87
Médico do trabalho	87
Dimensionamento do PCMSO.....	87
Frequência dos exames	88
Documentação.....	88
Posição da Organização Internacional do Trabalho.....	89
Oscilação da importância da CAT ao longo da história	89
Dimensões do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP	89
Ponderações sobre o NTEP	90
<i>Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA)</i>	90
O significado do programa de prevenção.....	90
Princípios e singularidades do PPRA	91
Obrigatoriedade do PPRA para todos os empregadores.....	91

O PPRA da NR 9 e figuras análogas.....	92
Riscos ambientais	92
Medidas complementares	93
Uso de negociação coletiva.....	93
Discussão sobre limites de tolerância	93
Conceito aprofundado de limite de tolerância	94
Propostas para conciliar o limite de tolerância com o desenvolvimento econômico sustentável	94
Conceito de nível de ação	94
Uso supletivo dos limites de tolerância de organização norte-americana	95
PPRA e terceirização	95
Medidas de engenharia do trabalho: edificação	96
Iluminação	96
Instalações elétricas	96
Movimentação de materiais	97
Máquinas e equipamentos	97
Caldeiras, fornos e vapores.....	98

CAPÍTULO 4

ATIVIDADES INSALUBRES	99
Apresentação do tema	101
Insalubridade e adicional de insalubridade	101
Redução e eliminação dos riscos inerentes ao trabalho.....	101
Adicional de remuneração.....	101
Seguro obrigatório	102
Responsabilidade do empregador.....	102
Problemática da responsabilidade subjetiva	103
Uso do Código Civil de 2002 para declaração de responsabilidade objetiva do empregador	103
Cláusula implícita de incolumidade física.....	103
Hipóteses de responsabilidade objetiva na legislação.....	104

Dispositivos constitucionais complementares ao art. 7.º, XXVIII.....	105
O exemplo do cortador de grama	105
Referência ao art. 225 da Constituição	106
Proibição do trabalho insalubre juvenil	106
Posição peculiar do trabalho doméstico	107
Emenda Constitucional 72 pouco mudou	107
Situação do empregado doméstico na legislação previdenciária	108
Outros dispositivos constitucionais.....	109
Outros dispositivos infraconstitucionais	109
Eliminação do adicional de insalubridade sem eliminação da insalubridade	109
Realce da importância dos equipamentos de proteção individual	109
Comunicação judicial para neutralização da insalubridade	110
Apresentação da Norma Regulamentadora 15	110
<i>Ruídos contínuos</i>	110
Anexo 1: ruído contínuo	110
Incremento de duplicação de dose.....	111
Compreensão da diferença.....	113
Ruídos: adicional de insalubridade sempre em grau médio	113
Como se obter a média em caso de diferentes níveis de ruídos.....	114
Outros exemplos de exposição a níveis variados	114
Ruídos na legislação previdenciária	115
<i>Ruído de impacto</i>	115
Anexo 2: ruído de impacto	115
<i>Calor</i>	116
Anexo 3: exposição ao calor	116
Calor emanado do sol	117
Entendimento inicial: desconsideração do calor oriundo diretamente do raio solar	117

Diferença entre calor solar, raio solar e trabalho a céu aberto	117
Consequências da separação entre os três temas.....	118
<i>Iluminamento</i>	119
Anexo 4: iluminamento	119
Normas técnicas sobre iluminamento	119
<i>Radiações ionizantes</i>	120
Anexo 5: radiações ionizantes	120
Repercussão mundial do acidente com o Césio 137 em Goiânia	120
<i>Pressões anormais</i>	120
Anexo 6: pressões anormais	121
<i>Radiações não ionizantes</i>	122
Anexo 7: radiações não ionizantes	122
Anexos qualitativos e anexos quantitativos: distinção	122
<i>Vibrações</i>	123
Anexo 8: vibrações	123
<i>Frio</i>	124
Anexo 9: frio	124
Exposição ao frio em trabalhos não relacionados com frigoríficos.....	124
Exposição ao frio: adicional de insalubridade em grau médio	125
<i>Umidade</i>	125
Anexo 10: umidade	125
<i>Produtos químicos</i>	126
Anexo 11: produtos químicos.....	126
Proibição de horas extras em ambiente insalubre	126
Problemas com a desatualização do Anexo 11	127
O significado do limite de tolerância	127
A construção do Anexo 11 e seus limites de tolerância	128
Asfixiante simples.....	128
O futuro do Anexo 11 e impactos da nanotecnologia	129

Anexo 12: poeiras minerais.....	130
Comentários sobre o asbesto (amianto)	130
Quadro normativo sobre o amianto no Brasil	130
Convivência com o amianto	131
Tentativa de fixação de limite de tolerância para o amianto	132
Anexo 13: produtos químicos em análise qualitativa	132
Controvérsias sobre os hidrocarbonetos aromáticos.....	133
Manipulação do agente químico: significado.....	133
“Operações diversas”: expressão polissêmica geradora de dissenso jurisprudencial	133
O uso do fone de ouvido.....	134
Comentários sobre o contato com cimento	134
Anexo 13-A: benzeno	135
<i>Agentes biológicos</i>	135
Anexo 14: agentes biológicos	135
Contato com pacientes portadores de doenças contagiosas	135
Contato direto com os pacientes	136
Contato com lixo urbano e situações análogas	136
<i>Resumo da NR 15: Síntese da higiene ocupacional</i>	137

CAPÍTULO 5

ATIVIDADES PERIGOSAS	139
Acepções da palavra perigo	141
Evolução histórica.....	141
Analogia inapropriada para outros casos.....	142
O art. 193 da CLT e sua complexa regulamentação	142
<i>Explosivos e inflamáveis</i>	142
Elementos explosivos.....	142
Elementos inflamáveis	143
Questões controversas sobre frentista e empregados de posto de combustível.....	143

Precedentes históricos da periculosidade do frentista	144
Trabalho em edifícios com geradores à base de óleo diesel	144
Importância da bacia de segurança e neutralização da periculosidade ..	144
Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	145
O caso dos aeronautas, aeroviários e o abastecimento das aeronaves ...	145
Produtos inflamáveis em embalagens lacradas	146
Rotulagem dos produtos	146
<i>Eletricidade</i>	146
Questões controvertidas sobre o contato com a energia elétrica	146
Lei sintética, decreto extenso	147
A tese do pagamento proporcional do adicional de periculosidade	147
Entendimento da Súmula 364 do TST sobre a exposição do trabalhador em tempo extremamente reduzido	148
Posicionamento do Ministério do Trabalho e Emprego	148
Extensão da Súmula 364 para fins de adicional de insalubridade	149
Ilegalidade do Dec. 93.412/1986 no tocante ao pagamento proporcional	149
Pagamento proporcional do adicional de periculosidade, autorizado por negociação coletiva	149
Persistência da controvérsia jurisprudencial	150
Sistema elétrico de potência e o conceito de eletricitário	151
Interpretação extensiva do conceito de eletricitário	151
Posição do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a abrangência de trabalhadores expostos à rede elétrica	152
Trabalhadores excluídos do adicional de periculosidade por uso de baixas voltagens	152
Data da publicação do Anexo 4: 17.07.2014	153
Limbo jurídico entre 10.12.2012 e 17.07.2014. Vazio normativo dos eletricitários	153
Redução do valor do adicional de periculosidade para os eletricitários ..	154

<i>Vigilante, segurança pessoal e motociclista</i>	155
O adicional de periculosidade para vigilantes e seguranças pessoais e patrimoniais	155
Conceito de vigilante e segurança	156
Observância da data da regulamentação (03.12.2013) e não da data da lei ordinária	157
Compensação com adicional preexistente.....	158
Trabalhador em motocicleta	158
Regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego quanto ao adicional de periculosidade para alguns motociclistas	159
Hipóteses de pagamento de adicional de periculosidade para motociclistas: regra geral e exceções	160
<i>Radiações ionizantes</i>	160
Lacuna do art. 193 da CLT	160
Oscilação no tratamento dado às radiações ionizantes	161
Amparo legal para a oscilação da natureza jurídica da exposição à radiação ionizante	161
Conceito de radiação ionizante	162

CAPÍTULO 6

CÁLCULOS PARA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	163
Lógica perversa: dedica-se mais tempo ao estudo dos cálculos dos adicionais do que à melhoria do ambiente de trabalho	165
Círculo vicioso.....	165
Tratamento na Constituição Federal de 1988: “adicional de remuneração”	165
Previsão na CLT	166
Inexistência de direito adquirido ao adicional	166
Salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade	167
Uso do salário mínimo como base de cálculo: jurisprudência afirmativa de 1998 a 2008.....	167
Reviravolta com a Súmula Vinculante 4 (2008) do STF	168
Interpretações dadas à Súmula Vinculante 4 e a preservação do art. 192	168

Inviabilidade de se questionar o entendimento da Súmula Vinculante	169
Declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto	169
O Plano Cruzado e a bifurcação do salário mínimo	170
O uso do piso normativo ou do salário profissional	170
O périplo da Súmula 17 do TST	171
Base de cálculo do adicional de periculosidade: exclusão de participação nos lucros e resultados	171
Base de cálculo do adicional de periculosidade: exclusão dos prêmios ..	172
Base de cálculo do adicional de periculosidade: exclusão de gratificações	172
Base de cálculo do adicional de periculosidade para eletricitários, no regime da Lei 7.369/1985, revogada pela Lei 12.740/2012.....	173
Revogação da Lei 7.369/1985 e os impactos na base de cálculo do adicional de periculosidade	173
Gorjeta não compõe a base de cálculo de adicional de periculosidade..	174
Adicionais de insalubridade e de periculosidade compõem a base de cálculo das horas extras	174
Jurisprudência sobre a inserção dos adicionais no cálculo das horas extras.....	175
Influência do adicional de insalubridade e do adicional de periculosidade sobre adicional noturno, mas não em horas de sobreaviso	175
Reflexos do adicional de insalubridade e do adicional de periculosidade pagos	176
Para o empregado mensalista, não há reflexos do adicional de insalubridade e do adicional de periculosidade sobre descansos semanais remunerados	176
Opção entre adicional de insalubridade e adicional de periculosidade ...	177
Possibilidade de cumulação de adicional de insalubridade e de adicional de periculosidade, por fundamentos supralegais.....	177
Momento oportuno para a opção de adicional	178
Opção após o trânsito em julgado da decisão	178
Opção feita em execução provisória	179
Omissão do trabalhador em fazer a opção	179

Deferimento de adicional de insalubridade e de adicional de periculosidade em parcelas vincendas – contrato de trabalho em vigor	179
Eliminação superveniente do risco à saúde ou integridade física	180
Ação revisional de adicional de insalubridade e de adicional de periculosidade	180
Diferença entre ação revisional de situação de fato e alteração da classificação do Ministério do Trabalho e Emprego.....	181
Quase totalidade das ações trabalhistas são ajuizadas por ex-empregados.	181

CAPÍTULO 7

PERÍCIA PARA APURAÇÃO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	183
Obrigatoriedade da prova pericial para agentes explosivos e inflamáveis	185
Desnecessidade da prova pericial para vigilantes, seguranças e motociclistas	185
Questões controvertidas sobre a perícia acerca de explosivos, inflamáveis e eletricidade	185
Formação universitária do perito	186
Não vinculação do laudo à petição inicial quanto ao agente nocivo	186
Cautela na interpretação da Súmula 293	187
Inaplicabilidade da Súmula 293 para doença profissional	187
Formação da coisa julgada material em torno do adicional de insalubridade	187
.....	187
Inviabilidade da perícia após o encerramento das atividades	188
Uso de provas supletivas	188
Uso da prova documental diante da inviabilidade da perícia	188
Exercício do contraditório diante da “laudo emprestado”	189
Aplicação do “laudo emprestado”	189
Alcance da OJ 278	189
Res. 35 e 66 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho sobre a prova emprestada	190
Solução encontrada em tribunais regionais	190

Necessidade de priorizar a prova testemunhal	191
Pagamento de adicional de insalubridade previsto em convenção ou acordo coletivo	191
Pedido de adicional de insalubridade e adicional de periculosidade feito pelo sindicato	191
Restrições à substituição processual pela Súmula 310 do TST.....	192
Substituição processual trabalhista ampla: interpretação do art. 8.º da CF/1988	192
Cancelamento da Súmula 310 do TST e ampliação da substituição processual.....	193
Ação rescisória de decisão judicial que envolveu substituição processual	193
Pedido de adicional de insalubridade e pedido de diferenças de cálculo de adicional de insalubridade	193
Momento processual da realização da perícia	193
Carta precatória para realização da perícia	194
Comarcas contíguas	194
Assistente técnico	195
Realização de segunda perícia sobre o mesmo assunto	195
Requisitos para a segunda perícia	195
Perícia-surpresa e exercício do contraditório.....	196
Pagamento dos honorários periciais	196
Benefícios da justiça gratuita.....	197
Isenção ao empregado e, talvez, ao empregador.....	197
Pagamento dos honorários pelos cofres públicos.....	197
Justiça gratuita e créditos do empregado no mesmo processo.....	198
Honorários prévios	199
Jurisprudência do TST sobre honorários prévios	199
Atualização monetária dos honorários periciais	200
Caso do pagamento espontâneo: perícia desnecessária.....	200

CAPÍTULO 8

OUTRAS MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO	201
Medidas complementares	203
Cautelas com o excesso de medidas complementares	203

Especial atenção ao bloco original de 28 NRs	203
Normas complementares sobre a construção civil	204
Prevenção de acidentes da construção civil em âmbito nacional	205
Conceito amplo de construção civil	205
Normas de cuidados com armazenagem de explosivos (NR 19)	206
Normas de cuidados com armazenagem de inflamáveis (NR 20)	206
Normas complementares sobre trabalho em locais confinados (NR 33) .	207
Normas complementares de combate a incêndio	207
Normas complementares sobre o trabalho a céu aberto (NR 21)	207
Normas complementares sobre produtos químicos	208
Normas complementares de higiene pessoal dos empregados (NRs 24 e 25)	208
Normas complementares sobre sinalização (NR 26)	209
Normas complementares sobre assuntos supervenientes, não previstos pelo legislador de 1977.....	209
Penalidades em caso de descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho (NR 28)	209
O cancelamento da NR 27 sobre o técnico de segurança do trabalho	210
Comentários sobre saúde e segurança do trabalho na zona rural	210
Importância da atividade rural para a economia brasileira	210
Estágio embrionário da Norma Regulamentadora Rural (NRR)	211
Centralização dos temas de saúde e segurança do trabalho rural na NR 31 (2008).....	211
Algumas peculiaridades da norma rural em relação aos preceitos urbanos	212

CAPÍTULO 9

PENOSIDADE E ERGONOMIA.....	215
Penosidade na Constituição Federal de 1988.....	217
Alcance do estudo da penosidade	217
Penosidade no campo da Convenção 127 da OIT	217
Carga de sessenta quilos: art. 198 da CLT e NR 11	217

Carga movimentada por mulheres e crianças.....	218
Carga movimentada com o trabalhador sentado	218
Pausas adicionais para prevenção da fadiga	219
Em defesa das pausas fixadas por portaria ministerial	219
Pausas específicas para a atividade de lançamento de dados.....	220
A NR 17 não criou um regime novo de horas extras	220
Pagamento de hora extra em caso de descumprimento das pausas	221
Comentários sobre os argumentos contra as pausas da NR 17	221
Caixa de supermercado	222
Operador de <i>telemarketing</i> e teleatendimento	223
A jornada de trabalho dos teleoperadores	223
Folga aos domingos uma vez ao mês	223
Intervalo de quinze minutos antes da realização das horas extras	224
Intervalo para refeição de vinte minutos	224
Restrição ao uso de toalete	225
Diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real.....	225

CAPÍTULO 10

PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	227
Justificativas para a proteção ao trabalho feminino.....	229
Sistema falível de presunções	229
Proibição do trabalho noturno feminino	229
Oscilação histórica e a autorização completa do trabalho noturno feminino em 1989	230
Trabalho feminino insalubre e perigoso	230
Rescisão do contrato de trabalho pelo pai ou marido	231
Proteção quanto à jornada de trabalho	231
Não discriminação de gênero.....	232
Discriminação horizontal	232
Possíveis exceções legais	232
Discriminação vertical	233

Revistas pessoais e revistas íntimas	233
Atenuantes	234
Revistas pessoais na CLT	234
Pausa obrigatória de 15 min antes das horas extras	235
Dilemas sobre a interpretação do art. 384 da CLT.....	235
Recepção ou não do art. 384 pela Constituição Federal de 1988.....	235
Estudo do art. 386 da CLT, sobre folgas aos domingos	237
Aspecto trabalhista encontrado na lei Maria da penha.....	237

CAPÍTULO 11

PROTEÇÃO À MATERNIDADE	239
Proteção à maternidade e a Convenção 103 da OIT.....	241
Período de licença-maternidade.....	241
Licença-maternidade e a Convenção 183 da OIT	241
Tutela jurídica da gravidez	242
Dia do início da gestação	242
Indefinição do início da gravidez.....	243
Contagem de cinco meses desde o parto	243
Proteção reduzida em caso de aborto.....	244
Direitos da gestante	244
Direito ao pré-natal	245
Tempo adequado para a consulta do pré-natal.....	245
Certificação do tempo de consulta médica.....	246
Lineamentos sobre a licença-maternidade	246
Cento e vinte dias de licença, pela Constituição Federal de 1988	247
Alcance da licença-maternidade	247
Aplicabilidade da licença-maternidade de 120 dias desde 05.10.1988. Responsabilidade pelo pagamento. Incidência do décimo terceiro salário	248
Não há período de carência para empregadas.....	248
Rescisão do contrato de trabalho – período de graça	249
Licença por adoção ou guarda judicial, por segurados homens ou mulheres	250

Licença-adoção variou de acordo com a idade da criança	250
Ausência de estabilidade para a adotante	251
Possibilidades de extensão da licença	251
Caso de falecimento da genitora	251
Licença-maternidade de 180 dias: benefício restrito a poucas empregadas...	251
Modelo de compartilhamento da licença entre o homem e a mulher	253
Período de aleitamento materno	254
Prorrogação do período de aleitamento	254
Prazo máximo de prorrogação do aleitamento	254
Natureza jurídica da pausa de meia hora para amamentação	255
Como lidar com as duas pausas de meia hora	255
As creches, o direito do trabalho e a igualdade de oportunidades	255
Sistema do reembolso-creche	256
Creche para crianças até cinco anos	256

CAPÍTULO 12

QUESTÕES SOBRE A GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE	259
Sistema de garantias de emprego	261
Garantias objetivas e garantias subjetivas	261
Dificuldade na fixação do dia inicial da garantia de emprego	261
Data da concepção e data da confirmação da gravidez	262
Data da confirmação da empregada perante o empregador	262
Fixação em norma coletiva de prazo para comunicar a gravidez	263
Dia de encerramento da garantia de emprego: cinco meses após o parto.....	263
Duas gestações consecutivas	264
Conversão em pecúnia	264
Reintegração ou conversão em pecúnia, de acordo com a data do julgado...	264
Controvérsias sobre a recusa à reintegração	265
Parâmetros para a conversão em pecúnia	265
Natureza indenizatória da conversão da garantia de emprego em pecúnia..	266
Retificações na Carteira de Trabalho	266
Reintegração <i>versus</i> seguro-desemprego auferido	267
Algumas parcelas contratuais são inacessíveis à empregada indenizada	267

Conversão de ofício pelo juiz, de garantia de emprego em indenização	267
Lidando com pretensões mal deduzidas	268
Garantia de emprego no trabalho doméstico omitida pela Constituição Federal de 1988	269
Garantia de emprego para a empregada doméstica pela Lei 11.324/2006 .	269
Constitucionalidade da Lei 11.324/2006	270
Reforço da constitucionalidade pela Emenda 72/2013	270
Garantia de emprego da gestante em contrato de trabalho a termo	271
Alteração da Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho	271
Discussão sobre alteração de entendimento de súmula	271
O problema da alteração radical do entendimento das súmulas	272

CAPÍTULO 13

PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR: IDADES MÍNIMAS	273
Idades mínimas, preocupação máxima	277
Horizontes	277
Reflexões sobre o trabalho infantojuvenil	277
Faixas etárias	278
Descompasso do art. 227 da CF/1988 em relação ao art. 7.º	278
Faixa dos 21 anos	279
Idades mínimas no Estatuto da Criança	279
Idades mínimas no Código Civil de 2002	280
Emancipação civil é diferente de idade para o trabalho pleno	280
Conceito de dependência previdenciária não acompanha conceito de idade para o trabalho	281
Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho	281
Idade mínima para situações especiais	282
Convenção 182 da OIT – piores formas de trabalho	282
Vedação ao trabalho insalubre, penoso e perigoso	282
O quadro do art. 405 da CLT sobre atividades proibidas aos adolescentes...	283
Dec. 6.481/2008	283
Possíveis exceções à lista de trabalhos proibidos	284
Proibição ao trabalho noturno	284

Outras vedações ao trabalho juvenil	285
Carregamento de peso	285
Trabalhos que afrontem a moralidade.....	286
Vedações extraídas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	286
Vedações extraídas da legislação esparsa	287
Autorização judicial para o trabalho proibido	287
O chamado trabalho artístico	287
Dilemas da atividade artística exercida profissionalmente pela criança e pelo adolescente	288
A responsabilidade dos pais	288
Distinção feita pela lei do atleta de futebol	289
A tese do “trabalho educacional”	290
Contrato de estágio.....	290
Situação irregular das “guardas mirins” e “caixas assistenciais”	291
Consequências do descumprimento	292
Distinção entre trabalho ilícito e trabalho proibido	292
Consequências do trabalho proibido.....	293
Não há contradição entre as duas conclusões	293
Trabalho rural	294
Trabalho doméstico.....	294
Indenização compensatória e outras considerações	294
Em resumo	295

CAPÍTULO 14

PECULIARIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO DO ADOLESCENTE	297
Proteção ao trabalho dos 16 aos 18 anos	299
Duas observações sobre este capítulo	299
A presença dos pais ou responsáveis.....	299
Férias dos menores de 18 anos	301
Direito de coincidência das férias trabalhistas com as férias escolares ...	302
Férias escolares normalmente no mês de julho.....	302

Consequências do descumprimento da norma	303
Algumas soluções	303
Horas extras dos trabalhadores de 16 a 18 anos.....	304
Proibição às horas extras	304
Comentários sobre a pausa de 15 minutos antes da prorrogação de jornada.....	306
Comentário sobre as folgas dominicais aos empregados adolescentes ..	306
Horas extras em domingos e feriados	307
Trabalhador adolescente com dois empregos simultâneos	307
Trabalhadores iletrados menores de 18 anos	308
A propósito, o salário-educação.....	308

CAPÍTULO 15

CONTRATO DE APRENDIZAGEM	311
Natureza jurídica do contrato de aprendizagem	313
Evolução do conceito.....	313
Ligação entre aprendizagem e direito do trabalho.....	313
Remuneração do aprendiz.....	314
Conceito legal de aprendizagem.....	314
Peculiaridades do contrato de trabalho de aprendizagem.....	315
Duração máxima do contrato de aprendizagem	315
Contrato de aprendizagem e gravidez da adolescente	315
Contrato de aprendizagem e acidente de trabalho	316
Inexistência da indenização de 40% sobre o fundo de garantia	317
Rescisão antecipada do contrato de aprendizagem	317
Rescisão da aprendizagem por iniciativa do trabalhador	318
Rescisão da aprendizagem por iniciativa do empregador	319
Fundamentos possíveis para a rescisão do empregador – justas causas	319
Orientação do Regulamento quanto à justa causa do aprendiz	320
Inexistência da rescisão sem justa causa	320

Contrato de aprendizagem como uma espécie de garantia de permanência	321
Rescisão socialmente justificada	322
Rescisão da aprendizagem por implemento da idade máxima	322
Argumentos contrários à elevação da idade máxima de 18 para 24 anos	322
Argumentos favoráveis à elevação da idade máxima de 18 para 24 anos	323
Dinâmica da aprendizagem para adultos	323
Âmbito de atuação da aprendizagem	324
Uso da palavra ofício no sentido de labor	324
Os serviços paraestatais de aprendizagem	325
Diferenças entre aprendizagem e estágio	325
Semelhanças entre aprendizagem e estágio	326
Fraudes e deturpações da aprendizagem e do estágio	326
Jornada especial de seis horas para o aprendiz	327
Extensão da jornada para oito horas em caso de "aulas teóricas"	329
Local físico das aulas teóricas	330
Empregado monitor responsável pelo aprendiz	330
Férias do aprendiz	330
Garantia do salário mínimo para o aprendiz	331
Comentários sobre o piso salarial pela complexidade do trabalho, erroneamente chamado de salário mínimo estadual	331
Negociação coletiva e o contrato de aprendizagem	331
O problema das cláusulas "de cunho social"	332
O fundo de garantia de 2% para o aprendiz	332
Tratamento diferenciado do contrato de aprendizagem	333

CAPÍTULO 16

REFLEXÕES SOBRE AS COTAS OBRIGATÓRIAS DE APRENDIZES	335
---	-----

Obrigatoriedade de contratação de aprendizes	337
Funções que “demandem formação profissional”	337
Fundamentos para a cota dos aprendizes	337
Simbiose entre o formador e o tomador da mão de obra treinada	338
Sentido das cotas no direito do trabalho	338
Exclusão das pequenas empresas e das microempresas	339
Experiências anteriores	339
Autonomia da vontade e cumprimento das cotas	339
Normas públicas sobre interesses privados	340
Espaço para exercício da vontade na escolha do aprendiz	340
Questões controvertidas sobre o cálculo do número de aprendizes	340
Aplicação prática das cotas de aprendizes	342
O papel das entidades educacionais	343
Responsabilidade subsidiária em caso de descumprimento das obrigações	343
Aprendizes na Administração Pública	343

CAPÍTULO 17

PRESCRIÇÃO APLICÁVEL AOS ADOLESCENTES	345
Sentido jurídico da prescrição	347
Sentido popular da prescrição	347
Importância, no particular, em se distinguir direito e pretensão	347
Conceito contemporâneo do direito de ação	348
Conceitos antigos sobre o direito de ação	348
Breve evolução histórica: surgimento jurisprudencial da prescrição	348
Perplexidades causadas pela prescrição	349
Inércia do titular do direito como fundamento da prescrição	349
Causas que afetam a contagem do prazo prescricional	350
Causas interruptivas	350
Causas suspensivas	350

Incapacidade absoluta como causa impeditiva de fluência da prescrição: a situação da criança e do adolescente no direito do trabalho.....	351
Trabalhadores menores de dezoito anos.....	351
Questões controvertidas sobre aplicação da prescrição constitucional para não celetistas	351
Em resumo.....	352
Prescrição aplicável para os filhos do trabalhador falecido.....	353
Complexidade no cálculo da prescrição envolvendo os sucessores e herdeiros	353
Prerrogativa personalíssima	353
Contagem do prazo prescricional do trabalhador adolescente	354
Em resumo.....	356
BIBLIOGRAFIA	359